

O império do menor esforço

José Nêumanne Pinto

O economista Takao Fukuchi, professor da Universidade de Kioto e ex-diretor da Agência de Desenvolvimento Econômico do Japão, tem uma explicação simples para as enormes diferenças existentes entre os sistemas educacionais de seu país e do Brasil: é que a criança japonesa passa nove anos para aprender a ler, lidando com 1.800 caracteres diferentes, enquanto a brasileira é obrigada a conhecer apenas 23. O professor, que abriu ontem o seminário internacional promovido pelo Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, no auditório do Maksoud Plaza, em São Paulo, contou esta anedota para ilustrar as distâncias culturais entre Brasil e Japão.

O exemplo do especialista japonês, contudo, tem um alcance muito mais amplo do que o meramente anedótico e deve ser entendido muito além do que pode parecer, numa conotação simplista. Desde criança, o japonês se vê forçado a reagir contra a complexidade da vida e da própria atividade de reunir conhecimento, enquanto o jovem brasileiro pode ser dar ao luxo e à comodidade de acreditar que a vida é simples de ser adquirida. A raiz da ideologia do "jeitinho", que marca o caráter macunafônico do brasileiro, está na facilidade da alfabetização com abecedário latino, para resumir grosseiramente a sutileza oriental do exemplo de Fukuchi. Da mesma forma, a ética do trabalho japonesa se fundamenta na necessidade de um esforço quase sobre-humano até mesmo para aprender as primeiras letras, se é que se pode usar tal expressão em relação aos ideogramas da língua japonesa escrita.

No seminário do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, o jornalista americano Norman Gall fez um paralelo interessante entre o "jeitinho" e a crise que pode ser desencadeada após a promulgação da nova Constituição, cujo texto final está sendo ultimado em Brasília. Segundo Gall, "há uma crença generalizada de que não há mal nenhum em ter uma Constituição impossível de ser cumprida, uma vez que, com seu tradicional 'jeitinho', o brasileiro saberá driblar as adversidades. No mundo contemporâneo, as sociedades são complexas demais e precisam de normas muito claras para que funcionem a contento. Não há 'jeitinho' capaz de contornar uma crise. A inviabilidade da Constituição que está sendo redigida no Brasil não pode ser tratada como um fato folclórico".

O alerta do jornalista tem muita razão de ser. Feito a propósito da palestra de Takao Fukuchi, o comentário ganha em profundidade, até porque ao brasileiro fica mais clara a compreensão de que a Constituinte trabalhou basicamente apoiada na necessidade de evitar o esforço da sociedade, ou seja, de tentar tornar mais fácil a vida de todos, ou pelo menos dos privilegiados sócios das castas e corporações profissionais em que o Brasil está dividido hoje.

A necessidade do esforço, funcionando como elemento de reforço didático, pode ter construído, ao longo dos séculos, uma base considerável para a chamada "ética do trabalho" vigente no Japão. Hoje, qualquer leigo em economia será capaz de ver, com seus próprios olhos, os frutos colhidos pela sociedade japonesa do pesado suor escorrido de sua pele. Conforme destacou, com estatísticas indesmentíveis, outro palestrante do seminário internacional realizado no Maksoud, o inglês Angus Maddison, o crescimento da renda per capita no Japão é algo simplesmente espantoso, mesmo se o compararmos ao desempenho de economias mais tradicionais e até mesmo mais complexas. É o caso de se pensar no fato de que 91% dos lares japoneses têm, em média, um automóvel e dois

aparelhos de televisão em cores, justamente porque a sociedade japonesa fez um enorme esforço nessa direção, tomando consciência plena de que nada pode ser conseguido sem um grande esforço. Isto é, tudo tem seu preço, inclusive (seria o caso até de dizer principalmente) a felicidade.

É impossível resistir à tentação de ver as coisas no Brasil pelo lado exatamente oposto, como se a própria situação antagônica de nosso país em relação ao Japão, do ponto de vista geográfico, exercesse uma poderosa influência. Não será absurdo pensar que a prosperidade japonesa seja a resultante mais benéfica da lei do maior esforço. Que resultados se pode esperar da lei do menor esforço, afinal de contas a mais consagrada nas votações realizadas ao longo dos últimos 19 meses pela Constituinte brasileira? A não ser por inesperados e ilógicos lances de sorte ou de pirataria, não se registra na História do homem acúmulo de bens materiais que não seja feito sob o signo do trabalho. Por que se há de esperar que o Brasil consiga inverter tendência histórica tão antiga? A pena mais comum para todo aquele que abusar da lei do menor esforço não pode ser outra além da menor riqueza. Ou melhor, da maior miséria.

Ao criar a ética do lazer, a Constituinte brasileira parece apostar na velha e improvável hipótese de que Deus é brasileiro ou ainda se mostra disposta a sentar no meio dos índios à espera da chegada da cavalaria ianque. O resultado do trabalho aprovado, que o doutor Ulysses, o condestável da Nova República, pôs debaixo do braço e passou a conduzir como se fosse um cavalo de batalha, é, visto nos detalhes, um conjunto de medidas modernizadoras e necessárias para superar o eterno atraso do Brasil em relação aos outros países do mundo. Visto como um todo, contudo, o texto final, em estágio de aprovação a pleno galope no segundo turno, consagra o menor esforço, justamente num momento em que a sociedade brasileira precisa se superar mais ainda em termos de esforço para dar o salto, não para dentro do mundo desenvolvido, mas para fora da promiscuidade desagradável do terceiro mundo decadente.

A Constituição não tem o efeito da poção mágica que transforma o mirrado Asterix num herói temível aos invasores romanos. Se assim fosse, bastaria acrescentar nas disposições transitórias um artigo multiplicando por 100 o número de caracteres necessários para o aprendizado da língua, com o objetivo de se iniciar um grande esforço na direção do desenvolvimento provado hoje pelo Japão. Provavelmente ninguém mais acredita nos milagrosos efeitos terapêuticos da solução constitucional.

Isso não quer dizer, no entanto, que se deva encerrar o resultado final da Constituinte com o descaso e a indiferença típicos de pessoas incapazes de enfrentar grandes problemas sem apresentar nem sequer pequenas soluções. Já há uma parcela considerável da sociedade brasileira consciente de que o melhor dispositivo da futura Constituição é a garantia de sua revisão em cinco anos. Esta pode ser uma boa piada de salão, mas pode ser também o elemento deflagrador de uma crise, cuja saída ninguém conhece. Portanto, não parece haver outra solução a não ser fazer todo o esforço possível, no limite do permitido pela futura Carta, para evitar o império do menor esforço e sua conseqüência mais trágica, o reino da miséria abjeta.